

O PROJETO POLÍTICO CRIMINOSO, INDIGNANTE E NEFASTO DO GOVERNO BRASILEIRO

ENTREVISTADA: PROFA. DRA. IVANETE BOSCHETTI¹

Entrevistadoras:

Profa. Dra. Marluce Souza e Silva²

Ms. Patrícia Rosalina da Silva³

Professora Ivanete Boschetti, primeiramente queremos lhe agradecer por nos conceder esta entrevista e por contribuir com as atividades desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso.

A proposta é você dissertar sobre as dificuldades que conformam a realidade atual, marcada pela pandemia e por seus efeitos

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco, mestre em Política Social pela Universidade de Brasília, doutora e pós-doutora em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales de Paris. Professora Titular aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

E-mail: ivaboschetti@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3390-1556>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2538174210879274>

² Graduada em Serviço Social e mestre e doutora em Política Social, pela Universidade de Brasília, editora-responsável da Revista Direitos, trabalho e política social e docente no curso de graduação em Serviço Social e no Mestrado em Política Social – UFMT.

E-mail: marluce.ass@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0666-9480>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7084688088642698>

³ Graduada em Serviço Social, com mestrado em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

E-mail: patriciapp_rs@hotmail.com,

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3240-4494>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5777636299967603>

nefastos que têm acentuado, de modo crescente, a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e os rebatimentos dessa situação nas condições de vida desses/as trabalhadores/as.

PORTANTO,

1 – Diante do momento trágico pelo qual passamos, temos infelizmente que iniciar nossa conversa, solicitando que você nos diga qual é o seu ponto de vista, enquanto estudiosa das políticas da Seguridade Social, sobre este momento de eclosão da pandemia de Covid-19 e do enfrentamento confuso e desastroso do governo brasileiro.

O Brasil4 vive uma hecatombe de dimensões ainda incalculáveis, provocada por um projeto político negacionista e nocivo que se recusou a enfrentar a Pandemia Covid-19 com a intensidade e rapidez que sua propagação exigiu desde seu início em 2020 e continua a exigir. Chegamos ao mês de março de 2022 com mais de meio milhão de mortes notificadas (655 mil enquanto escrevo), quase 200 mil no último ano, e mais de 29 milhões de casos conhecidos, e escondem imensa subnotificação. Caímos da 12ª para a 15ª posição em produção de riqueza mundial medida pelo PIB em 2020, ou seja, ainda estamos entre os 15 países com maior produção social da riqueza, que poderia ter significativo uso na ampliação do orçamento público em políticas, programas sociais e equipamentos públicos, para prevenir e controlar a pandemia, proteger e recuperar os atingidos pelo vírus e ampliar direitos e políticas sociais. Mas, apesar de reunir apenas 2,7% da população mundial, o Brasil foi lento na

⁴ Algumas opiniões e informações aqui emitidas estão parcialmente publicadas em artigos publicados ao longo de 2021, citados na bibliografia.

aquisição e aplicação de vacinas, apesar de possuir um dos maiores sistemas públicos de imunização estruturado pelo SUS. Ilude-se quem acredita que as vidas perdidas decorrem de mera incompetência gerencial. Essa terrível e dolorosa catástrofe poderia ter sido evitada e minimizada. Mas não o foi porque resulta de um projeto de governo genocida, que adotou uma atitude negacionista, e intencional de estimular a contaminação generalizada, apostando na estratégia insensata da propaganda “imunidade de rebanho”, conforme demonstra Calil (2021). Com esse projeto político criminoso, indignante e nefasto, minimizou a magnitude da pandemia, chamando-a de gripezinha, incentiva entusiasticamente condutas que favorecem a propagação do vírus com sucessivos estímulos às aglomerações sem proteção, estimula uma enxurrada de falsas informações (fake news absurdas sobre relação entre vírus e comunismo, entre vírus e AIDS, por exemplo), recusou ofertas de milhões de vacinas, atrasando o início da vacinação, que avançou lentamente. Após dois anos do início da pandemia, o Brasil registra 74% de sua população totalmente vacinada e somente 32% receberam a dose de reforço. Soma-se a isso o aniquilamento dos serviços públicos, o irrisório aporte de recursos na saúde pública e a tardia instituição do auxílio emergencial, o que só ocorreu sob intensa pressão da sociedade, do judiciário e parte do parlamento. A desastrosa postura do governo federal, em minha opinião, resulta de uma política governamental deliberada, sustentada em uma posição negacionista e criminosa, que ceifou vidas.

2 – Como analisar e aceitar que os trabalhadores/as brasileiros mesmo em tempos de Pandemia continuem perdendo direitos so-

ciais, trabalhistas e previdenciários, acentuando o processo contraditório de acumulação do capital e de expansão da miséria?

É possível compreender os agudos processos expropriatórios de direitos como resultados da contraofensiva do capital às conquistas civilizatórias de direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Compreender não significa aceitar, e a classe trabalhadora vem lutando arduamente contra esses processos destrutivos nas últimas décadas. As políticas ultraneoliberais (Fiúza, 2021) do Governo Bolsonaro fazem agonizar as políticas sociais, que já vinham sendo minguadas pelos draconianos ajustes fiscais implementados após o Golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma, justamente para favorecer o capital (Boschetti & Teixeira, 2018). As políticas sociais começaram a ser asfixiadas com o contingenciamento de seu financiamento durante a crise de 2015, e passaram a ser duramente atingidas com irreversíveis cortes de orçamento a partir da aprovação da EC 95 que estabeleceu o teto de gastos em 2017 (com exceção dos gastos com pagamento dos juros e amortizações da dívida pública). As contrarreformas trabalhistas (2017) e da previdência social (2019) tem o nítido propósito de suprimir direitos sociais, rebaixar o valor da força de trabalho, intensificar a jornada de trabalho, ampliar a exploração, obrigar o/a trabalhador/a a trabalhar mais tempo, com salários mais baixos, retardar as aposentadorias, reduzir seu valor e estimular a transformação da previdência pública em seguros privados. É um nítido processo de subsunção do trabalho ao capital e de expropriação de direitos a fim de disponibilizar a força de trabalho para recuperar a tendência de queda nas taxas de lucro do capitalismo em crise (Boschetti, 2018). Esses processos vêm

agudizando a desigualdade de renda, a concentração de capitais e o empobrecimento da classe trabalhadora.

3 – Você acredita que a crise fiscal do Estado brasileiro se tornou determinante para que as decisões econômicas do atual governo brasileiro, nestes dois últimos anos, pudessem ceifar mais de 600 mil vidas no Brasil ou existem outros elementos? Quais?

Não existe nenhuma “crise fiscal” que justifique a omissão e ação governamental no trato da Pandemia da Covid-19. Conforme indicado na questão anterior, considero que a chamada “crise fiscal” do Estado brasileiro é, na verdade, uma deliberada política econômica da classe burguesa, com vistas a transferir imensas parcelas do fundo público ao capital, por meio do ajuste fiscal permanente, iniciado desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, mantido pelos Governos Lula e Dilma, e intensificado com Temer e Bolsonaro. Não bastasse a redução da proposta orçamentária federal, subjugando-a aos interesses do mercado desde 2017, com o teto de gastos (EC 95), o ano de 2020 foi testemunha da deliberada política governamental federal para aniquilar as políticas sociais, por meio também da reduzida execução dos recursos aprovados, conforme atesta estudo do INESC⁵. A detalhada análise demonstra que o governo federal deixou de gastar R\$ 80,7 bilhões do orçamento destinado a conter os efeitos da pandemia em 2020, o que possibilitaria financiar dois programas Bolsa Família por

⁵ Disponível em https://www.inesc.org.br/baixa-execucao-financeira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo/?gclid=Cj0KC-QjwktKFBhCkARIsAJeDT0jOE79aFVfACshCbfpYRfl-vTAzY-HURhgqtNackOwiGk8Sx40H7WMaAvQ1EALw_wcB

um ano, afirma o Instituto. Dos R\$ 524 bilhões aprovados exclusivamente para o Governo Federal enfrentar a Covid-19, a maior parcela (53,2%) custeou o Auxílio Emergencial, destinado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e desempregados. Para trabalhadores/as com emprego formalizado o Governo estimulou a redução de jornada com redução salarial, o que agravou a pobreza da classe trabalhadora.

4 - A postura negacionista por parte do Presidente da República, que aparece em atividades sociais sem o uso de máscara, incitando aglomeração por onde passa e defendendo a interação medicamentosa de certos fármacos sem nenhum reconhecimento científico, pode se configurar em crime de responsabilidade civil? Este não seria um crime muito mais grave do que as tais “pedaladas fiscais” que levou a ex-presidente Dilma Rousseff ao impeachment?

Em minha opinião, o atual presidente já cometeu vários crimes que justificam um impeachment, como atestam os mais de 150 pedidos engavetados pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Contudo, infelizmente, o que parece impedir a abertura de um processo dessa natureza não é a inexistência de motivos legais, mas sim a existência de alianças políticas vergonhosas, trocas espúrias de votos e apoios amealhados por meio de enormes dutos de recursos públicos, que jorram em forma de emendas parlamentares, especialmente por meio do “orçamento secreto”.

5 – Laboratórios brasileiros, de propriedade de empresários que constam na lista da Revista Forbes como sendo alguns dos “ho-

mens mais ricos do mundo”, segundo a CPI do COVID, triplicaram suas fortunas vendendo Reuquinol e Hidroxicloroquina. Medicamentos sem eficácia e não recomendados pela OMS foram propagandeados ao mundo pelo presidente Jair Bolsonaro. Podemos citar isso como exemplo de Estado que assegura o desenvolvimento da atividade capitalista, mesmo quando se trata de uma atividade criminosa?

Enquanto a pandemia “revelou” que o país se sustenta sob uma força de trabalho superexplorada e precarizada que ultrapassa 100 milhões de pessoas e se deparou sem nenhum rendimento com a Pandemia, o país descobriu atônito que 11 novos brasileiros se tornaram bilionários em 2020 e atingiu o número recorde de 42 bilionários a mais em 2021 em relação ao ano anterior. Apenas 315 bilionários brasileiros, que compõem a seleta lista de bilionários mundiais publicada pela Revista Forbes, acumulam patrimônio de R\$ 1,9 trilhão em 2021. Enquanto a classe trabalhadora perde direitos, emprego, e se depara com uma pandemia para a qual não tem proteção pública, vários setores da economia geraram bilhões com a própria pandemia e intensificaram a concentração de capital, especialmente nos setores financeiro, de investimentos, e-commerce, seguros, saúde, segundo a mesma fonte⁶. A “CPI da Pandemia” demonstrou as responsabilidades do Governo, tanto as omissões negacionistas que retardaram ações proteção social, quanto nas ações que favoreceram a transmissão, e estimularam tratamentos sem eficácia comprovada.

⁶ Cf. <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quem-sao-os-brasileiros-no-ranking-dos-bilionarios-do-mundo-2021/#foto13>

6 – O governo do Presidente Jair Bolsonaro substituiu o Programa Bolsa Família, que é uma referência mundial pelo Programa Auxílio Brasil. Como você recebeu esta proposta?

No início da pandemia, em março de 2020, os dados oficiais registravam que no Brasil viviam 12,6 milhões de desempregados/as. Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça, já que 64,8% são pretos/as e pardos/as conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto brancos/as respondem a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também são maioria entre a população sem emprego – 53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens. As mulheres negras, assim, compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários, o que revela a natureza estruturalmente racista e patriarcal do capitalismo brasileiro. (ALMEIDA, 2018) Esses números se agravaram com o desfinanciamento das políticas para mulheres no âmbito do Governo Federal, conforme estudo recente do INESC (2022). Além do recurso necessário à sobrevivência cotidiana, o acesso (ou não) ao trabalho/emprego no Brasil determina também o acesso a duas das principais políticas sociais que compõem a seguridade social e são as únicas que garantem acesso a benefícios monetários mensais: a previdência social, cuja natureza contributiva está condicionada ao trabalho formalizado ou a uma contribuição direta feita mensalmente pelos/as trabalhadores; e a assistência social, limitada a pessoas extremamente pobres sem condições de trabalhar por idade ou incapacidade por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atingia 4,7 milhões de idosos e pessoas com deficiência,

ou para famílias miseráveis sem trabalho, por meio do Bolsa Família, que alcançava 14,2 milhões de famílias nesse ano (aproximadamente 1 em cada 5 brasileiros/as). Isso significa que a reprodução da força de trabalho sem emprego só está assegurada pelos direitos trabalhistas como seguro-desemprego ou pelos direitos previdenciários como aposentadorias, pensões e auxílios (doença, reclusão) para aqueles/as que contribuíram; ou pela assistência social para quem não cumpre as regras contributivas dos seguros sociais. Isso significa dizer que, no início da pandemia, as 38,7 milhões de pessoas ocupadas com trabalhos precarizados e não contribuintes se viram desamparados de qualquer rendimento. É nesse contexto que o auxílio emergencial instituído no contexto da crise pandêmica precisa ser compreendido e foi defendido, pois era a única forma de reprodução da classe trabalhadora sem trabalho. Vale registrar que o Governo Federal propôs um valor mensal de R\$ 200,00, ampliado para R\$ 600,00 pelo Congresso Nacional. No segundo ano da pandemia, criação do Auxílio Brasil, em substituição ao auxílio emergencial e ao Bolsa Família, assume um nítido caráter clientelista, com propósito de manter o consumo, rebaixar o valor da força de trabalho e servir de estratégia populista em ano eleitoral (Boschetti & Behring, 2021), já que seus valores são bastante inferiores ao auxílio emergencial, a média de valores mensais prevista é inferior ao do Bolsa Família, está sujeito ao teto de gastos, não prevê garantias de articulação entre o benefício monetário, os serviços socioassistenciais do SUAS, e acesso à saúde e educação.

7 – Em função da pandemia, o governo federal instituiu e pagou em 2021, o auxílio emergencial para 39,4 milhões de pesso-

as, mas ainda assim registramos no primeiro trimestre de 2021 um crescimento da pobreza na ordem de 16,1% , ou seja, o Brasil tem 34,3 milhões de pobres. O que fazer para superar esta realidade?

A pobreza e a desigualdade são resultantes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, obrigada a vender sua força de trabalho para assegurar suas condições de vida. O capitalismo jamais absorveu (e jamais absorverá) a totalidade da força de trabalho nos processos de trabalho estruturados para assegurar a reprodução do capital, o que produz a existência de uma superpopulação relativa sempre disponível para ser explorada pelo capital. Sua existência possibilita ao capital rebaixar o valor da remuneração dos/as trabalhadores/as sob a forma de salário ou de “pagamentos” por atividades, cada vez mais precarizadas nesse contexto de crise do capital. Assim, a desigualdade se expressa não só pelo acesso absolutamente dispare e injusto aos rendimentos/produtos do trabalho assalariado, precário ou intermitente, mas também pelo não acesso à propriedade, absolutamente concentrada pelo grande capital e pela burguesia. A Pandemia ampliou intensamente a superpopulação relativa estagnada, nos termos marxianos, e o auxílio emergencial tão somente minimizou a situação mais drástica e imediata de falta de recursos monetários necessários para a sobrevivência cotidiana, sem tocar nas determinações da pobreza e da desigualdade. A redução da abrangência e dos valores repassados pelo Auxílio Emergencial, e sua substituição rebaixada pelo Auxílio Brasil (que substituiu também o Bolsa Família) contribuíram para o aumento da pobreza. A curto prazo, é

urgente implementar políticas de emprego com direitos trabalhistas, drenar o fundo público para ampliação e universalização dos direitos sociais e bens e serviços públicos como saúde, educação, previdência, assistência social, transporte, moradia, segurança pública. Para tanto, é imprescindível revogar as contrarreformas do trabalho e da previdência, revogar a EC 95 e desenvolver uma política econômica quer esteja a serviço do social e não do capital.

8 - É certo que a Pandemia contribuiu estruturalmente para o aumento das desigualdades sociais. O que muda em relação às demandas para as políticas sociais e para a proteção social?

As demandas para políticas e direitos sociais aumentam na mesma proporção que se agudizam as desigualdades sociais. Primeiro, é preciso entender que as contrarreformas apontadas restringiram enormemente a capacidade de as políticas sociais assegurarem proteção social, diante da destruição de seu orçamento e de sua estrutura institucional. Das três políticas que compõem a seguridade social, a saúde é a que mais vinha perdendo recursos com o teto de gastos, seguida pela assistência social, especialmente o SUAS, assim como os benefícios previdenciários. O chamado “orçamento de guerra” implementado durante a Covid-19 não foi mantido, e mesmo durante a Covid, o Governo Federal não gastou todo o recurso aprovado, conforme estudo do INESC já citado. Sem recurso público, não há possibilidade de se manter e ampliar qualquer medida de proteção social. A supressão de recursos vem impondo sucessivo desmonte de todas as políticas sociais, exacerbado nos últimos dois anos. A Educação, seguidamente atacada pelas

posturas negacionistas, contrárias à ciência, à pesquisa e ao ensino público, vem sendo sufocada com o contingenciamento sucessivo de recursos, colocando em risco a manutenção das universidades públicas, como também vem ocorrendo com a ciência e tecnologia. Sem recursos para custeio e bolsas, laboratórios e centros de pesquisa vêm sendo fechados, e perdem pesquisadores e discentes. As políticas urbanas, de transporte, moradia e saneamento seguem a mesma tendência, recuando no já escasso direito à cidade, num país onde quase metade da população não possui acesso à rede de esgoto e cerca de 20% não tem acesso à água potável. Ou seja, as desigualdades já tão persistentes em nosso país, foram ainda mais agravadas com a Covid-19 e as contrarreformas em curso.

9 – Você escreveu que “O tempo presente nos coloca diante de um governo recente que é ultraliberal em termos econômicos e sociais”, mas é “reacionário no campo dos valores, da moral e dos costumes.” Isso é uma inconsistência grave. O que isso gera na política brasileira?

Nos deparamos hoje com um Governo Federal que, com sua política ultraneoliberal, se coloca inteiramente a serviço do capital, da acumulação, do favorecimento da lucratividade exacerbada, da competitividade favorecida pela (des)regulamentação que submete a classe trabalhadora às mais bárbaras formas de exploração e expropriação de direitos. Essa política ultraneoliberal não tem nenhum tipo de reconhecimento pelos direitos humanos e sociais, e nenhum respeito pela civilidade humana, movendo-se pela intolerância, incivilidade, pelos discursos e atitudes grotescas, pela des-

truição do meio ambiente, pela total desconsideração pelos povos originários. São muitos os traços neofascistas que sustentam as práticas do governo federal, que impactam na violenta destruição das políticas sociais destinadas a assegurar os direitos das mulheres, população LGBT, povos originários e quilombolas, agravando ainda mais as desigualdades reproduzidas por nosso sistema patriarcal e racista. Concentradas no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), as políticas sociais destinadas a esses segmentos expressam e materializam a agenda mais reacionária do Governo, com discurso misógino, defesa conservadora da “família” com postura antiaborto e contra direitos LGBT, defesa do homeschooling, “escola sem partido” e posturas fundamentalistas. Em importante matéria, a Revista Carta Capital revela o aparelhamento conservador do Ministério, apontando que dos 46 cargos mais importantes, 30 estão ocupados por representantes de igrejas evangélicas, católicos ortodoxos, movimentos internacionais e nacionais da direita cristã e até do integralismo, de inspiração fascista⁷. Essa conjugação de ultraneoliberalismo com extremado conservarismo coloca o Brasil na condição de um país com os piores índices de pobreza, desigualdade, violência urbana e rural, misoginia, racismo, intolerância, ao mesmo tempo em que duplicam os bilionários. O Governo Bolsonaro é ultraneoliberal na economia, é autoritário, oportunista e de extrema direita na política, e é profundamente reacionário em relação aos direitos humanos e sociais. Esta é sua posição de classe dominante, que utiliza o Estado para favorecer a acumulação do capital.

⁷ Cf. <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ceu-de-damares-como-a-ministra-dos-direitos-humanos-aparelha-sua-pasta/amp/>

10 - O endividamento do Estado brasileiro cresce, apesar dos serviços de juros e amortizações da dívida consumirem quase 50% do Orçamento Geral da União todos os anos. Mantendo essa transferência líquida de recursos para os credores (protegidos pelo sigilo fiscal) conseguiremos assegurar o financiamento das políticas sociais?

Enquanto não forem suprimidas as medidas que compõem o ajuste fiscal permanente e não forem revogadas a EC 95 e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, não haverá possibilidade de reversão desse quadro. Hoje, o Governo Federal e a maioria do parlamento que o sustenta, estão absolutamente comprometidos com o capital, especialmente o rentista.

11 - O que devemos observar e realizar para recuperar as esperanças de construir um país livre, democrático e menos injusto?

A curto prazo, é urgente construir uma frente antifascista capaz de derrotar esse governo e seus pares nas próximas eleições e, ao mesmo tempo, mudar a composição reacionária e conservadora do legislativo em todos os níveis. Mas, para além disso, e mais do que nunca, precisamos fortalecer os movimentos e lutas sociais, especialmente anticapitalistas, e pressionar a revogação das políticas que favorecem o capital, destroem os direitos sociais e submetem a classe trabalhadora ao jugo da classe dominante. Para isso, é fundamental fortalecer os sindicatos e partidos de esquerda, mecanismo que são de organização e luta,

12 – O que de pior o capital tem arrogado para si e que nestes tempos terríveis de Pandemia está se avolumando e precarizando a vida do planeta em geral?

O capital é uma relação social, assentada na premissa da acumulação de riquezas por poucos e socialização da pobreza entre muitos, o que só é possível pela sua capacidade de explorar a classe trabalhadora, cuja força de trabalho está cada vez mais subsumida ao capital. Essa é a Lei do Valor, conforme Marx apontou n'O Capital, Não existe possibilidade de acumulação e concentração de capital sem geração da mais valia absoluta e relativa. Nesses tempos de Pandemia-19, o capital se concentrou, a superexploração se intensificou e a classe trabalhadora foi ainda mais vilipendiada e explorada, perdendo até mesmo a capacidade de organização política, de manifestação contra a exploração. A Pandemia nos tirou até mesmo a possibilidade de lutar. Mas não nos tirou a convicção de que só a “luta muda a vida” e que a emancipação humana só será alcançada com a superação do capitalismo.

Bibliografia citada

BOSCHETTI, Ivanete. O Vírus da Pandemia e a Nocividade do Governo Bolsonaro para as Políticas Sociais. **Boletim Politizando n. 36**, publicado pelo NEPPoS/CEAM/UnB, disponível em https://www.neppos.org/_files/ugd/db28ff_d5537b7ab5f64fe08e-715a022791c880.pdf

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf&lang=pt>

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O Draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In SALVADOR, E. et all (orgs). **Crise do Capital e fundo**

público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo, Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In BOSCHETTI, I. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez, 2018.

CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ss-soc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>

FIÚZA, Juliana. O Ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. **Portal Esquerda Online.** Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>

INESC. <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/inesc-os-numeros-do-boicote-as-politicas-para-mulheres/>